

## **REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CMDRS DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - MG**

**Art. 1º** O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, criado pela Lei Municipal nº. 2.230/2018, órgão gestor do desenvolvimento rural sustentável do Município de Conceição do Mato Dentro - MG, reger-se-á por este Regimento Interno e pelas normas aplicáveis.

### **COMPETÊNCIA**

**Art. 2º** Ao CMDRS compete:

I – participar da construção do processo de desenvolvimento rural sustentável do município, assegurando a efetiva e legítima participação das comunidades rurais na discussão e elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS,

II – formular e sugerir políticas públicas e diretrizes junto aos poderes Executivo e Legislativo Municipais para ações de apoio à produção, à comercialização, ao fomento agropecuário, à regularidade da produção, distribuição e consumo de alimentos no Município, à preservação/recuperação do meio ambiente e à organização dos agricultores familiares, para sua promoção social

III – acompanhar e avaliar, de forma efetiva e permanente, a execução das ações previstas no plano municipal de desenvolvimento rural sustentável do município;

IV – a formulação e a proposição de políticas públicas municipais voltadas para o desenvolvimento rural sustentável;

V – propor a inclusão dos objetivos e ações do plano municipal de desenvolvimento rural sustentável no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Orçamento Municipal (LOA);

VI – a compatibilização entre as políticas públicas municipais, regionais, estaduais e federais voltadas para o apoio a Agricultura Familiar, o desenvolvimento rural sustentável, e para a conquista e consolidação da plena cidadania no espaço rural;

VII – atuar junto as unidades administrativas dos Agentes Financeiros com vistas a solucionar dificuldades identificadas e quantificadas, no município, para concessão de financiamentos para a Agricultura Familiar;

VIII – agir junto ao CEDRS visando o apoio na execução dos projetos que compõem o PMDRS;

IX – apoio a criação e o fortalecimento das associações comunitárias rurais, e a sua participação no CMDRS;

X – a articulação com outros municípios para a construção de planos regionais de desenvolvimento rural sustentável;

XI – a identificação e quantificação das necessidades de crédito rural e de assistência técnica no município;

XII – promover a diversidade e a representação dos diferentes atores sociais do meio rural e urbano do município, no Plenário do Conselho, estimulando a participação de mulheres, jovens e demais representantes das raças e etnias que compõem o meio rural do município.

XIII – Monitorar e avaliar as políticas e os serviços prestados às comunidades e moradores do município;

XIV – Promover os meios necessários, administrativos e financeiros, para bom desempenho de seus conselheiros através da Secretária Municipal de Desenvolvimento Rural.

XV – Elaborar seu Regimento Interno;

XVI – Outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

### **BENEFICIÁRIOS**

**Art. 3º** Para os efeitos dessa lei, considera-se agricultor(a) familiar aquele(a) que pratica atividades no meio rural ou atividades agropecuárias no meio urbano, possuidor de DAP válida ou documento que a venha substituir.

**Parágrafo Único.** São também beneficiários:

- a) Agricultores e pecuaristas não familiares que exerçam essa atividade no município;
- b) Moradores da zona rural e da sede dos distritos que exerçam atividade agropecuária;

### **COMPOSIÇÃO**

**Art. 4º** O CMDRS será composto por representantes do poder público municipal e da Agricultura Familiar do Município, mediante a seguinte composição:

I – Representantes do Poder Público Municipal:

- a) 01 (um) representante do Órgão Executivo municipal de Desenvolvimento Rural;

b) 02 (dois) representantes de órgãos da Administração Pública Municipal que tenha em suas atribuições o desenvolvimento rural, tais como: Órgãos municipais de saúde pública e desenvolvimento social, educação e cultura, planejamento e desenvolvimento econômico, de Turismo e Esporte e Lazer;

c) 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal designado pelos vereadores;

d) 01 (um) representante de órgãos da Administração Pública Estadual e Federal que tenha em suas atribuições o desenvolvimento rural e que possuam representação no Município, tais como EMATER, IMA, Secretaria de Estado da Educação;

## II – Segmentos da sociedade civil organizada:

a) 01 (um) representante de Sindicatos de Trabalhadores rurais assalariados;

b) 01 (um) representante Sindicatos Patronais, Associações, cooperativa, etc., com atividades ligadas ao desenvolvimento rural;

c) 01 (um) representante agricultor familiar representante de comunidades quilombolas, com DAP (Declaração de aptidão do PRONAF), indicados por associações ou grupos informais quilombolas com atividades ligadas ao desenvolvimento rural;

d) 05 (cinco) agricultores familiares representante de suas comunidades, com DAP (Declaração de aptidão do PRONAF), indicados por associações com atividades ligadas ao desenvolvimento rural ou grupos informais de agricultores familiares.

§1º Para cada representante titular corresponderá um suplente que o substituirá nas ausências, impedimentos ou vacância.

§2º Os Conselheiros titulares e suplentes devem ser indicados formalmente, em documento escrito, pelas organizações e entidades que os representam, observando-se o seguinte:

a) para Conselheiros Titulares e Suplentes indicados por órgãos e entidades públicas, a indicação deverá ser feita em papel timbrado e assinado pelo responsável pelo órgão;

b) para Conselheiros Titulares e Suplentes indicados por entidades da sociedade civil a escolha deverá ser feita por Representante da entidade;

c) para Conselheiros Titulares e Suplentes indicados por comunidades rurais, onde haja associação, a escolha deverá ser feita pelo Presidente da Associação Comunitária, ouvido o plenário;

d) para Conselheiros Titulares e Suplentes indicados por comunidades rurais, onde não haja associação constituída, a indicação deverá ser feita em reunião específica para este fim e deverá ser lavrada a respectiva ata, assinada pelos presentes;

## III – As indicações serão encaminhadas ao chefe do Poder Executivo Municipal.

IV – A instituição ou organismo representado no CMDRS poderá, a qualquer momento, substituir seu representante, desde que o faça por escrito ao chefe do Poder Executivo Municipal, com conhecimento ao CMDRS de Conceição do Mato Dentro.

§3º As indicações serão encaminhadas ao Prefeito Municipal para publicação através de Decreto ou Portaria Municipal, no prazo máximo de 30(trinta) dias.

## Art. 5º Regras para composição do CMDRS do município de Conceição do Mato Dentro:

I – Cada seguimento poderá eleger titular e suplente preferencialmente de entidades distintas e de forma consensual;

II – Para indicação dos membros por parte das Representações CATIVAS, estas deverão enviar ofício à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural informando 01 (um) nome para composição de seguimento;

III – Os membros indicados pelas Representações CATIVAS serão automaticamente habilitados na condição de ELEITORES no processo eletivo das Representações ELEGÍVEIS;

IV – Para a participação no processo eletivo disciplinado por este Regulamento na condição de ELEGÍVEL, as associações civis, legalmente constituídas no Município, de que trata o item 2 deste Regulamento, deverão observar os seguintes critérios:

a) apresentar ata de eleição da Diretoria em exercício, registrada em cartório;

b) ser legalmente constituída e apresentar cópia do seu estatuto devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

c) inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda, com prazo de validade em vigor;

d) estar constituída há mais de 1 (um) ano com sede no Município de Conceição do Mato Dentro  
- MG;

- e) apresentar declaração assinada pelo representante legal da entidade, de inexistência de vínculos (contratos e/ou convênios de prestação de serviços) com o poder público municipal;
- f) As indicações de grupos informais deverão ser por ata de reunião específica para este fim, com no mínimo 5 participantes com DAP, respeitando todas as limitações aplicadas às associações.

V – O Processo eletivo será presencial e cada representação ELEGÍVEL poderá eleger de forma consensual um representante;

VI – Caso o consenso não seja obtido, as Representações ELEGÍVEIS serão eleitas pelos votos das Representações CATIVAS;

VII – Caso ocorra empate na votação, o desempate será por sorteio contando com a presença das entidades empatadas.

VIII – Os casos omissos serão objetos de decisão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR).

**Parágrafo Único:** O mandato dos membros do CMDRS são de 02 (dois) anos, não serão remunerados, sendo considerado serviço relevante prestado ao município.

**Art. 6º** A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural poderá arcar para funcionamento do CMDRS, tais como, deslocamentos, visitas técnicas, realização ou participação em eventos, cursos, seminários, etc.

**Parágrafo Único:** As solicitações de apoio financeiro ou administrativo poderão ser solicitadas individualmente por quaisquer conselheiros ao Secretário de Desenvolvimento Rural ou pelo Presidente quando atendimento a demandas individuais ou coletivas.

## **DA DIRETORIA E DO PLENÁRIO DO CONSELHO E SUAS ATRIBUIÇÕES**

### **Da Composição da Diretoria**

**Art. 7º** A Diretoria do CMDRS será composta por um Presidente, um Vice-Presidente e Secretário.

**Parágrafo único** O mandato da diretoria será de 02 (dois) anos, e será permitida uma única reeleição.

### **Das Atribuições do Presidente**

**Art. 8º** Compete ao Presidente do CMDRS:

- I. Aprovar a agenda e a pauta de reuniões elaborada pelo Secretário;
- II. Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho, coordenando os debates e encaminhamentos;
- III. Submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário;
- IV. Homologar as decisões do Conselho, e assinar documentos relativos ao seu cumprimento, dando-lhes publicidade;
- V. Promover a execução das decisões do Conselho;
- VI. Representar o Conselho em suas relações externas em juízo e fora dele;
- VII. Orientar e coordenar as atividades do Conselho;
- VIII. Distribuir, para estudo, parecer e relato dos Conselheiros, assuntos submetidos à apreciação do CMDRS;
- IX. Designar os Conselheiros para desempenhar atividades especiais;
- X. Designar, na ausência do Secretário, pessoa responsável para secretariar e assessorar as reuniões do CMDRS;
- XI. Zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento Interno tomando, para esse fim, as providências que se fizerem necessárias;
- XII. Desempenhar outras competências que lhes forem atribuídas para o bom funcionamento do Conselho.
- XIII. Encaminhar ao secretário municipal de desenvolvimento rural as necessidades de apoio administrativo e financeiro das funções do CMDRS constantes nos parágrafos 1º e 2º do art. 5º da lei 2.230/2018.

### **Das Atribuições do Vice-Presidente**

**Art. 9º** Ao Vice-Presidente do CMDRS compete substituir o Presidente em seus impedimentos, praticando todas as atribuições que a este são pertinentes.

## **Das Atribuições do Secretário**

**Art. 10º** Ao Secretário compete:

- I. Agendar e preparar pauta das reuniões do Conselho, providenciar a convocação dos Conselheiros, encaminhando aos mesmos os documentos necessários para sua participação na reunião, cuidar da logística, e secretariar os trabalhos;
- II. Cientificar os Conselheiros das reuniões;
- III. Lavrar as atas das reuniões do Conselho;
- IV. Implementar as decisões do Plenário do Conselho;
- V. Convocar as reuniões do(s) Grupo(s) de Trabalho do Conselho;
- VI. Apoiar o Presidente nas articulações institucionais necessárias à implementação de ações previstas;
- VII. Desenvolver as articulações operacionais, que se fizerem necessárias, com órgãos e entidades que realizem ações de apoio ao desenvolvimento rural do município;
- VIII. Analisar, monitorar e avaliar a execução do PMDRS, e dos programas e planos dele decorrentes, relatando suas conclusões e pareceres ao Plenário do Conselho, para os devidos encaminhamentos;
- IX. Expedir e receber correspondências;
- X. Distribuir, a critério do Presidente, assuntos para estudo e relato dos Conselheiros;
- XI. Organizar e manter em ordem os arquivos do Conselho;
- XII. Responder pela guarda e manutenção do material e dos documentos de uso do Conselho;
- XIII. Cumprir e fazer cumprir as atribuições constantes desse Regimento Interno;
- XIV. Desempenhar outras funções que lhe forem conferidas pelo Presidente.

## **Das Atribuições dos Conselheiros**

**Art. 11º** Aos Conselheiros compete:

- I. Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do CMDRS;
- II. Participar efetivamente das atividades do CMDRS;
- III. Participar ativamente dos debates, encaminhamentos e deliberações nas reuniões do Conselho;
- IV. Votar nas resoluções e deliberações do CMDRS;
- V. Apresentar propostas de resoluções e deliberações, pedidos de informações e requerimentos;
- VI. Propor a inclusão na pauta de reuniões, de matérias de interesse do Conselho;
- VII. Representar o CMDRS quando por delegação do Presidente;
- VIII. Solicitar ao Secretário, ao Presidente, informações, documentos e materiais necessários ao bom desempenho de suas funções;
- IX. Propor a participação, nas reuniões, de convidados que possam prestar esclarecimentos e subsídios sobre matérias constantes da pauta;
- X. Pedir vista de pareceres, apresentar sugestões, emendar ou apresentar substitutivos por um prazo de até a reunião subsequente;
- XI. Pedir vista de processos relativos a matérias incluídas na pauta, por um prazo de até a reunião subsequente;
- XII. Solicitar transcrição em ata, do seu voto ou de documento sobre matéria em pauta;
- XIII. Propor ao Presidente do Conselho, nos termos definidos nesse Regimento Interno, a realização de reuniões extraordinárias, caracterizando a urgência da apreciação de matéria relevante;
- XIV. Estudar e relatar assuntos, por designação do Presidente, emitindo pareceres;
- XV. Requerer urgência para discussão e votação de assunto de interesse do Conselho;
- XVI. Eleger a Diretoria do Conselho;
- XVII. Requerer, por ofício assinado por no mínimo 1/3 dos conselheiros titulares a convocação de reuniões do CMDRS e prestação de contas do mesmo;
- XVIII. Assinar atas e resoluções do CMDRS;

XIX. Cumprir e fazer cumprir esse Regimento Interno;

XX. Desempenhar outras atribuições que lhes forem conferidas pelo Plenário Conselho.

### **DAS REUNIÕES**

**Art. 12º** O CMDRS reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou pelos Conselheiros.

§ 1º Os Conselheiros poderão solicitar ao presidente a convocação de reunião extraordinária, por escrito, com justificativa e assinada por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Conselheiros.

§ 2º A convocação para as reuniões ordinárias do CMDRS deverá ser feita por escrito com antecedência mínima de 03 (três) dias, e com pauta estabelecida. As reuniões extraordinárias devem ser convocadas com o mínimo de 01 (um) dia, de antecedência, salvo caso de urgência, a critério do Presidente.

**Art. 13º** As reuniões do CMDRS serão iniciadas somente após o registro em lista de presença de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos Conselheiros em primeira chamada e no mínimo 1/3 (um terço) dos conselheiros presentes em segunda chamada. As deliberações serão tomadas por no mínimo de 30% (trinta por cento) do total de conselheiros.

**Art. 14º** As reuniões serão coordenadas pelo Presidente e, na ausência deste, pelo Vice-Presidente, e, ainda, na ausência de ambos, por Conselheiro indicado pelos Conselheiros presentes.

**Art. 15º** Os trabalhos do CMDRS obedecerão a pauta estabelecida na convocação, podendo ser discutidos outros assuntos, a critério do Plenário, ficando esclarecido que os assuntos que não constarem da pauta não poderão ser objetos de deliberação.

**Art. 16º** O Plenário do CMDRS, por solicitação feita por conselheiro ou representantes de instituições públicas ou privadas, poderá permitir a participação, em suas reuniões, de pessoa(s) ou entidades capaz(es) de contribuir para melhor desempenho do Conselho sem que a(s) mesma(s), todavia, tenha(m) direito a voto.

Parágrafo Único As pessoas ou entidades poderão ser convidadas em caráter eventual, para uma única reunião ou em caráter permanente até que haja decisão contrária que o convidado se ausente sem justificativa por mais de 3 reuniões seguidas

**Art. 17º** A ausência de qualquer Conselheiro a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) intercaladas no ano, sem justificativa, implicará na perda do mandato, cabendo ao Presidente, ouvido os demais Conselheiros, adotar as seguintes providências regimentais, para que a entidade que o indicou designe novo membro:

a) encaminhar ofício à instituição representada para que a mesma proceda a sua substituição, pelo tempo restante de mandato;

b) caso o Conselheiro seja substituído por seu suplente, a instituição deverá indicar outro suplente.

### **Das disposições Gerais**

**Art. 18º** As reuniões do CMDRS serão obrigatoriamente públicas, podendo dar-se de forma itinerante.

**Art. 19º** Nas reuniões do CMDRS deverá ser assegurado, a todos os participantes, o direito de intervenção nas discussões e nos encaminhamentos, para que os assuntos da pauta de convocação sejam adequadamente tratados; nas deliberações dos conselheiros, será respeitado o princípio da maioria para a aprovação das matérias.

**Art. 20º** O Plenário do CMDRS poderá instituir Grupo de Trabalho (provisório ou permanente) para aprofundar análises e elaborar estudos, programas, projetos e pareceres, sobre temas específicos ou sobre os assuntos de relevância para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável do Município, que será coordenado por um de seus membros, escolhido por seus pares.

**Art. 21º** É facultado a qualquer Conselheiro requerer vista de matéria em pauta, devidamente justificada, que será concedida imediatamente, cabendo, para cada matéria, um único pedido de vista, sendo que a decisão por votação sobre a matéria ficará, obrigatoriamente, transferida para a próxima reunião Ordinária do CMDRS, ou para reunião Extraordinária convocada da forma estabelecida neste Regimento Interno.

**Art. 22º** Este Regimento Interno poderá ser alterado, no que não colidir com lei maior, mediante proposta fundamentada de qualquer membro do CMDRS, aprovada por maioria absoluta de votos.

**Art. 23º** Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do CMDRS

**Art. 24º** Este Regimento revoga o anterior e todas as outras disposições em contrário.

Sala de Reuniões do CMDRS (Conceição do Mato Dentro), 06 de outubro de 2021.